

INFORMALIDADE E SUAS APARENTES CONSEQUÊNCIAS PARA AS METAS DE CRESCIMENTO E QUALIDADE LABORAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DO 4º TRIMESTRE DE 2015 ATÉ O 4º TRIMESTRE DE 2022

Enzo de Gaspari Ramos¹

Gueibi Peres Souza²

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a maneira como a taxa de informalidade possivelmente impactou os indicadores catarinenses relacionados às metas macroeconômicas e à qualidade laboral durante o período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. O intuito era contribuir para ampliação da compreensão das externalidades geradas por esse fenômeno, tanto “positivas” quanto “negativas”, nos dois conjuntos de indicadores mencionados. Como resultado, a análise revelou que a informalidade aparentemente exerceu uma influência positiva nos indicadores pertencentes ao primeiro conjunto durante o período considerado. No entanto, essa mesma informalidade demonstrou ter um sugerido efeito negativo sobre as variáveis relacionadas à qualidade laboral, que compõem o segundo conjunto de indicadores. Isso evidencia que a informalidade representou uma importante fonte de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense durante o período de análise. Entretanto, as externalidades adversas associadas a essa modalidade de trabalho, como a precariedade dos empregos informais e sua baixa qualidade, aparentemente impactaram de forma negativa a sociedade e a economia local como um todo ao longo do período analisado. Como conclusão, percebeu-se a importância de medidas que promovam uma formalização gradual da economia, sem que se perca a importante fonte de renda e ocupação que esse tipo de trabalho representa para muitos catarinenses.

Palavras-chave: informalidade, Santa Catarina, qualidade laboral, formalização econômica.

INFORMALITY AND ITS APPARENT CONSEQUENCES FOR GROWTH GOALS AND WORK QUALITY IN THE STATE OF SANTA CATARINA: A STUDY FROM THE 4TH QUARTER OF 2015 TO THE 4TH QUARTER OF 2022

Abstract: This study aimed to analyze how the informal employment rate possibly impacted Santa Catarina's indicators related to macroeconomic goals and labor quality during the period from the fourth quarter of 2015 to the fourth quarter of 2022. The intention was to contribute to the understanding of the externalities generated by this phenomenon, both "positive" and "negative," on the two mentioned sets of indicators. As a result, the analysis revealed that informality apparently had a positive influence on the indicators belonging to the first set during the considered period. However, this same informality showed a suggested negative effect on the variables related to labor quality, which comprise the second set of indicators. This indicates that informality was an

¹ Graduado no curso de ciências econômicas pela Universidade Federal De Santa Catarina, Brasil. E-mail: enzogaspariot@gmail.com.

² Professor do curso de ciências econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gueibi.souza@ufsc.br.

important source of employment and income for a significant portion of the population in Santa Catarina during the analysis period. Nonetheless, the adverse externalities associated with this type of work, such as the precariousness of informal jobs and their low quality, apparently negatively impacted the local society and economy as a whole over the analyzed period. In conclusion, the importance of measures that promote the gradual formalization of the economy was recognized, without losing the important source of income and employment that this type of work represents for many residents of Santa Catarina.

Keywords: informality, Santa Catarina, labor quality, economic formalization.

INTRODUÇÃO

Segundo Benito (2021) e Vahdat et al. (2022), o trabalho informal é geralmente visto como algo que apresenta externalidades negativas em âmbito social. Isso se deve pelo fato de o mesmo afetar os indicadores sociais de forma desfavorável, contribuindo assim para a promoção do aumento da pobreza e a precarização dos postos de trabalho.

No entanto, a teoria neoclássica também oferece uma perspectiva alternativa sobre o assunto. De acordo com Blanchard (2017), existem basicamente duas forças no mercado de trabalho: a oferta de trabalho, composta pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, composta pelas empresas. Ainda segundo essa ideia, a redução das regulamentações trabalhistas pode estimular mais empresas a contratarem, aumentando assim a demanda por trabalho e diminuindo o desemprego de forma significativa na medida em que estimula a dinâmica econômica. No entanto, importante ressaltar que esses “novos” postos de trabalho muitas vezes apresentam qualidade laboral relativamente baixa, contrapondo o conceito de trabalho “decente” introduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): “O conceito de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social” (Abramo, 2006).

Dessa forma, abre-se espaço para análises e debates acerca das externalidades geradas pelo setor informal em economias subdesenvolvidas, o que torna pertinente a realização de estudos que visem tentar mensurar quanto e de que forma a taxa de informalidade possivelmente influencia as variáveis socioeconômicas, permitindo assim que conclusões a respeito desta dualidade em termos de externalidades contribuam para o avanço das ideias.

Neste sentido esse trabalho apresenta como objetivo principal mensurar o quanto a taxa de informalidade, representada pelo total de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência, aparentemente influenciou as variáveis representativas das metas macroeconômicas selecionadas e também uma variável de qualidade laboral no estado de Santa Catarina durante o período analisado. Com isto, se pretende contribuir para o debate acerca da possível dualidade da informalidade em termos de externalidades.

1. METODOLOGIA

Este trabalho se apoiou em uma abordagem quantitativa, utilizando-se de quatro modelos de regressão estimados por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) considerando quatro variáveis distintas como dependentes visando mensurar a possível influência da taxa de informalidade nas mesmas, durante o período de análise.

A seleção das variáveis e suas respectivas proxies utilizadas, foram baseadas no conceito das metas macroeconômicas que, segundo Vasconcellos (2006):

São as seguintes as metas de política macroeconômica: a) alto nível de emprego; b) estabilidade de preços; c) distribuição de renda socialmente justa; d) crescimento econômico. As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais, de curto prazo, constituindo-se nas chamadas políticas de estabilização. Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionado a alguma ou algumas das quatro metas básicas acima. (Vasconcellos, 2006, p. 187).

Três das variáveis analisadas representaram estas metas com maior enfoque no crescimento econômico em si, enquanto a quarta e última delas focou em representar a qualidade laboral. Por esta razão a hipótese básica deste estudo parte justamente da análise desses dois âmbitos, visando extrair conclusões a partir do estudo comparativo entre elas. Sendo assim, os indicadores considerados foram:

- a) Representando o crescimento econômico, foi utilizado o índice de atividade econômica do estado de Santa Catarina (IAE), disponível no site do Banco Central do Brasil.
- b) Para representar o nível de emprego, o número total de pessoas empregadas na semana de referência no estado de Santa Catarina (emp). Os dados coletados

para essa variável foram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE, obtidos do site SIDRA.

- c) Como medida da pressão inflacionária, foi empregado o Índice de Custo de Vida (ICV) elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Esse índice reflete a variação de preços sobre o orçamento de famílias florianopolitanas com renda entre um e quarenta salários-mínimos, levando em consideração a flutuação de preços de 247 itens.
- d) Como variável para representar o “nível” de qualidade laboral, foi considerado o rendimento mensal médio (rendimento), que pode ser entendido como um indicador de pobreza monetária. Os dados utilizados foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE e, também, coletados no site SIDRA.
- e) Por fim, a variável taxa de informalidade (inf) foi obtida a partir do cálculo da divisão do número de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência pelo número total de pessoas empregadas na mesma semana em Santa Catarina. Os dados utilizados para essa variável são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, e foram coletados no site do SIDRA.

A amostra analisada foi referente ao estado de Santa Catarina e se remeteu ao período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. Tal período foi determinado principalmente pela disponibilidade de dados. O *software* utilizado para analisar os dados foi o Gretl³, o qual permitiu a estimação de quatro modelos de regressão por MQO, cada um representando uma das metas macroeconômicas e proxy de qualidade laboral selecionadas como variável dependente e tendo a taxa de informalidade como variável independente nas respectivas equações.

2. TIPOS DE TRABALHO INFORMAL

Antes de discutirmos os resultados obtidos, torna-se pertinente apresentar de forma breve e resumida (ver Quadro 1) a fundamentação bibliográfica acerca dos

³ Disponível para download gratuito em <https://gretl.sourceforge.net/win32/>.

diferentes tipos de trabalho informal presentes no Brasil, o que induziu os diversos aspectos que se buscou manter presentes na análise dos dados.

Quadro 1 – Tipos de informalidade

Tipos de informalidade:	Descrição:
Informais de subsistência:	Trabalhadores informais de subsistência são caracterizados por ocupações precárias, de baixa qualidade e desprovidas de perspectivas de crescimento. Tais indivíduos, frequentemente provenientes de contextos socialmente vulneráveis, procuram qualquer forma de trabalho para obter algum tipo de renda. Em grande parte dos casos, a totalidade dessa renda é direcionada à sua própria sobrevivência. Esse grupo de informais é o mais prevalente no contexto brasileiro. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais com potencial produtivo:	Trabalhadores informais com potencial produtivo se distinguem por ocupações informais que demonstram um nível razoável de produtividade e uma qualidade laboral superior em comparação aos informais de subsistência, porém, encontram dificuldades em se formalizar. Diferentemente do primeiro grupo, este segundo tipo apresenta uma capacidade produtiva maior e condições de trabalho mais estruturadas. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais por opção:	Trabalhadores informais por opção são caracterizados por ocupações de melhor qualidade que poderiam ser desempenhadas dentro dos moldes da formalidade, mas encontram na informalidade uma oportunidade de obter maiores rendimentos. Esse grupo de informais se aproveita da não conformidade para obter vantagem na competição, gerando lucros frequentemente superiores aos do mercado. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Formais frágeis:	Formais frágeis compreendem empregos que, embora se enquadrem na formalidade, apresentam baixos rendimentos e desempenham atividades laborais precárias. Assim, mesmo sendo considerados trabalhadores formais, eles exibem características do trabalho informal e se encontram em uma condição de extrema vulnerabilidade social. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. RESULTADOS OBTIDOS

Como primeiro ponto de destaque, é relevante informar aos leitores que a maioria dos modelos, com um nível de confiança de 99%, são aceitos em todos os testes de especificação e sem apresentar problemas de multicolinearidade. A única exceção foi o modelo (3), que incluía como variável explicativa a pressão inflacionária, representada pelo Índice de Custo de Vida elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade Estadual de Santa Catarina. Esse modelo, no teste RESET de Ramsey, apresentou problemas que, conforme Gujarati (2011), podem indicar uma falha de especificação do modelo, o que, por sua vez, pode comprometer os resultados obtidos. Nesse contexto, por entender-se que não foi possível realizar a mensuração pretendida,

devido ao comportamento dos dados ao longo deste período e também das limitações da metodologia quantitativa adotada, optou-se por não incorporar esse modelo na divulgação dos resultados da pesquisa, conduzindo-se assim as análises utilizando apenas os modelos que se mostraram válidos em absolutamente todos os testes realizados (para mais detalhes acerca da especificação e grau de ajuste dos modelos ver o apêndice).

Dito isso, as equações obtidas pelos modelos foram respectivamente:

$$\ln(\mathbf{IAE}_t) = 0,524 + 0,755 \ln(\mathbf{inf}_t) + 0,308 \ln(\mathbf{IAE}_{t-1}) + 0,311 \ln(\mathbf{IAE}_{t-2}) + 0,479 \ln(\mathbf{IAE}_{t-3}) \quad (1)$$

$$\ln(\mathbf{emp}_t) = -0,107 + 0,285 \ln(\mathbf{inf}_t) + 1,06 \ln(\mathbf{emp}_{t-1}) \quad (2)$$

$$\ln(\mathbf{rendimento}_t) = 3,69 - 0,263 \ln(\mathbf{inf}_t) + 0,00809 \mathbf{dummy}_{ajuste} + 0,712 \ln(\mathbf{rendimento}_{t-1}) - 0,216 \ln(\mathbf{rendimento}_{t-3}) \quad (3)$$

Em relação às principais implicações dos resultados na discussão proposta, é possível segmentar as equações em dois blocos analíticos distintos. O primeiro bloco abordando as equações que tinham como foco o crescimento econômico, delineando as implicações da economia informal sobre as taxas de crescimento e produtividade. Já, no segundo bloco, direcionando-se a análise para a qualidade do trabalho, com o objetivo de avaliar a natureza do emprego informal, independentemente de seu impacto positivo ou negativo sobre o crescimento econômico e a produtividade do estado.

Especificamente com relação às interpretações dos modelos e as conclusões gerais dos blocos, considerou-se que a partir da equação (1), pode-se afirmar, com um nível de confiança de 95%, que um incremento positivo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de aproximadamente 0,8% no índice de atividade econômica de Santa Catarina durante o período de análise. Isso demonstra que o trabalho informal aparentemente exerceu uma significativa influência na economia do estado durante o período considerado, o qual inclui a pandemia de Covid-19. Portanto, um aumento na incidência de trabalho informal foi capaz de efetivamente contribuir para uma espécie de amortecimento na queda do crescimento econômico, mantendo assim níveis relativamente mais elevados de atividade econômica.

Já na equação (2), com um nível de confiança de 95%, é possível afirmar que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de 0,3%

no número total de pessoas empregadas durante a semana de referência ao longo do período estudado. Neste sentido, é plausível considerar que o aumento no número de empregos informais, que são menos regulamentados e têm custos mais baixos, de fato esteve relacionado ao aumento geral nas ocupações laborais.

Sendo assim, com base nas interpretações dos resultados das duas primeiras equações, fica evidenciado que a economia informal aparentemente exerceu, de fato, um impacto positivo nos indicadores de crescimento econômico do estado durante o período em análise. Esses resultados ressaltam a importância dos trabalhadores inseridos na economia informal como contribuintes significativos para a economia e destacam que a economia informal representa uma forma crucial de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense, mesmo que aparentemente em termo de subsistência e não de acumulação conforme destaca Benito (2021).

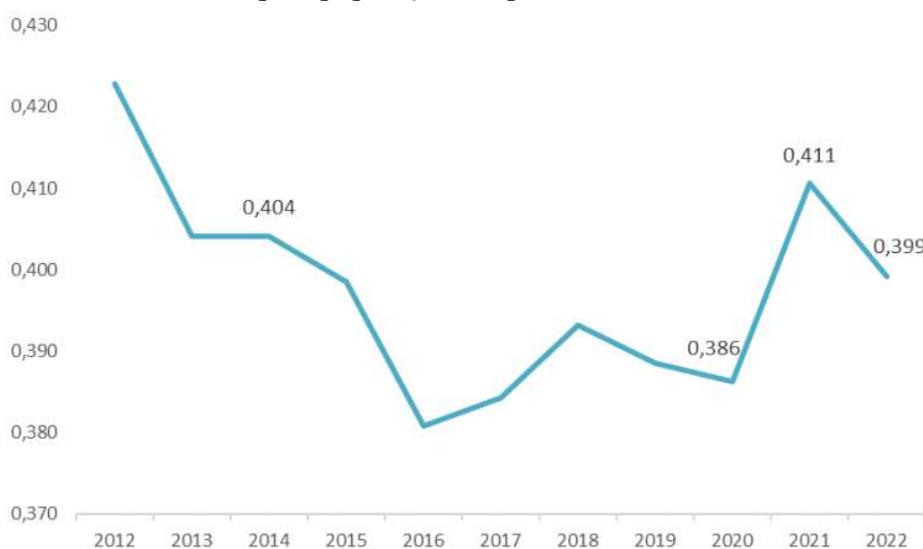
No entanto, apesar dos resultados aparentemente positivos em termos de externalidades, obtidos pelo primeiro bloco de análises, é de suma importância examinar o outro aspecto desse fenômeno, ou seja, a qualidade laboral do trabalho informal presente no estado. Isso permite uma análise mais ampla dos aspectos gerais do labor informal no estado durante o período estudado.

Na equação (3), com um nível de confiança de 87,5%, observa-se que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a uma diminuição de 0,24% no rendimento médio mensal. Tal resultado evidencia que, apesar do impacto positivo nas variáveis relacionadas ao crescimento econômico, como destacado no primeiro bloco de interpretação, a qualidade laboral do trabalho informal durante o período analisado em Santa Catarina foi aparente e substancialmente baixa.

Neste contexto, torna-se relevante retomar a classificação delineada na seção anterior por Vahdat et al. (2022), a qual identificou quatro categorias predominantes de informalidade no país. Considerando tais categorias, é possível concluir, com base nos resultados obtidos, que a maioria dos trabalhadores informais no estado durante o período em análise possivelmente se enquadram nos dois primeiros tipos, ou seja, os informais de subsistência e os informais de potencial produtivo. Esses trabalhadores frequentemente desempenham ocupações caracterizadas por condições de trabalho precárias, ausência de proteção social adequada, remuneração reduzida e enfrentam desafios para se formalizar.

A aparente presença marcante dessa modalidade de labor informal no estado durante o período analisado acaba por contrastar com os princípios de trabalho decente estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015). Portanto, apesar dos resultados positivos observados em relação aos indicadores de crescimento econômico, os empregos informais no estado durante o período apresentaram características que são adversas à qualidade do emprego e, por extensão, é bastante possível que tenham de certa forma afetado o desenvolvimento social, fazendo com que se aumentasse a taxa de marginalização e de instabilidade social (Abramo, 2006; OIT, 2015). Assim, emergindo discussões como, por exemplo, a diminuição do Índice de Gini dos rendimentos dos trabalhadores catarinenses, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Índice de Gini dos rendimentos habitualmente recebidos em todos os trabalhos pela população ocupada em Santa Catarina



Fonte: PNADC/T (2022) – Microdados; Elaboração Vicente Loeblein Heinen.

Importante enfatizar também que, assim como colocado por Benito (2021), além de problemas relacionados à qualidade laboral, a presença de empregos informais acarreta na diminuição da arrecadação tributária pelo Estado, fenômeno que, assim como a precarização dos postos de trabalho, pode contribuir para a deterioração de indicadores sociais, na medida em que os tão necessários recursos públicos para fomento do desenvolvimento econômico em países periféricos e semiperiféricos (CEPAL, 2020) se tornam ainda mais escassos.

Em conclusão, observa-se que, em linha com a teoria neoclássica, a criação de uma nova classe de trabalho menos regulamentados pode, de fato, aumentar a demanda por empregos, resultando em um aumento no número total de postos de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para algum nível de crescimento econômico e produtividade. No entanto, é crucial notar que a qualidade desses empregos muitas vezes compromete o conceito de "trabalho decente" e pode, na verdade, prejudicar o desenvolvimento social. Isso significa que o crescimento econômico gerado pela expansão do setor informal tende a ser temporário quando comparado ao impacto negativo na qualidade de vida e na estabilidade social desses trabalhadores (Benito, 2021).

Por fim, torna-se pertinente a necessidade de desenvolver políticas públicas que tenham como objetivo a redução do trabalho informal e, simultaneamente, a melhoria da qualidade dos postos de trabalho. Contudo, é igualmente fundamental que essas políticas reconheçam o valor intrínseco que os trabalhadores informais representam para a economia de Santa Catarina em sua totalidade. Portanto, é possível concluir que medidas que proponham uma formalização gradual da economia talvez tenham maior potencial de efetividade, pois elas apresentariam uma maior margem para lidar com a importância que muitas vezes o emprego informal apresenta para boa parte da população e para a própria economia em si, como constatado através dos modelos relacionados ao crescimento econômico.

4. INICIATIVAS JÁ IMPLEMENTADAS

Nesta seção corroborando com a conclusão encontrada na seção anterior, são examinadas algumas medidas já adotadas pelo governo brasileiro no âmbito do combate a o trabalho informal e que podem ter potencial de gerar uma redução nos indicadores de informalidade. Por consequência, gerando uma possível formalização gradual, promovendo assim uma mobilidade ascendente destes trabalhadores nos tipos mencionados de informalidade (Quadro I).

Na análise preliminar dos programas já utilizados pelo Estado brasileiro, destacam-se iniciativas que facilitam o acesso dos jovens à capacitação profissional, exemplificadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e o

Programa Universidade para Todos (ProUni). Esses programas almejam aprimorar a capacidade laboral dos jovens, especialmente os de baixa renda, através do oferecimento de vias simplificadas para ingresso em universidades e cursos técnicos profissionalizantes.

No documento "Juventude e Trabalho Informal no Brasil", um relatório resultante da colaboração entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), datado de 2015, emerge a constatação de que tais programas instituídos pelo governo federal têm exercido impacto significativo na redução da informalidade laboral, notadamente entre os jovens. De acordo com os dados apresentados nesse relatório, essas iniciativas estão associadas a uma expressiva diminuição da taxa de informalidade no segmento juvenil, compreendido entre 15 e 29 anos. Nessa faixa etária da população, o índice de informalidade decresceu de 55,2% para 31,2% durante o período compreendido entre 2001 e 2013 (Silva et al., 2015). Vale salientar que tais medidas desempenham um papel de destaque ao elevar o valor agregado à força de trabalho juvenil. Por esse motivo exercem uma função essencial na atenuação do trabalho informal no contexto brasileiro, refletindo-se em resultados de interesse coletivo.

Outra medida recentemente adotada pelo governo brasileiro, que tem sido objeto de considerável destaque no contexto desta análise, é a criação dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo Vahdat et al. (2022), essa iniciativa foi concebida com o propósito de estimular a formalização de empreendedores informais, proporcionando-lhes um acesso simplificado a recursos anteriormente de "difícil" obtenção, como serviços bancários, crédito facilitado e emissão de notas fiscais. Além disso, o regime MEIs visa oferecer benefícios previdenciários, como auxílio-doença e assistência social. Os MEIs emergem como uma tentativa promissora de simplificar a formalização, contudo, sua implementação ainda suscita indagações em termos de eficácia.

No que se refere ao intuito de abranger os trabalhadores do setor informal, observa-se, conforme Vahdat et al. (2022), que 51% dos indivíduos que aderiram ao MEI já possuíam vínculo empregatício formal anterior à formalização como MEI. Essa constatação sugere que a política pode não ter obtido a aderência desejada. Além disso, em alguns casos, o regime MEI não tem alcançado os resultados desejados, por vezes resultando na criação de uma categoria de empregos semi-formalizados, os quais

apresentam as características emblemáticas dos empregos informais. Neste sentido, conseqüentemente, a proteção social permanece baixa, a remuneração é diminuta e as condições de trabalho são precárias, mantendo, assim, uma qualidade laboral baixa (Vahdat et al., 2022).

Cumpra também ressaltar que algumas empresas estão utilizando o regime MEI como meio para dissimular suas relações empregatícias, transmudando-as em relações de prestação de serviços entre empresas, em detrimento das relações de emprego. Uma espécie de “nossa própria formalidade”. Esse procedimento engendra uma evasão de diversas leis trabalhistas, produzindo um efeito contrário ao almejado quando da implementação da medida (Vahdat et al., 2022).

Nesse contexto, os Microempreendedores Individuais (MEIs) emergem como uma proposição intrigante, que visa simplificar o processo de formalização. Todavia, essa medida, apesar de sua “perspicácia” em aliviar o “fardo burocrático” que invariavelmente acompanha a melhoria do acesso à formalização, também suscita uma série de questões e âmbitos de aprimoramento que merecem ponderação.

Outro programa estabelecido pelo governo federal é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse programa teve seu início em 2005 e possui como escopo estimular a geração de emprego e renda no seio dos empreendedores populares, englobando tanto indivíduos quanto entidades jurídicas cuja receita anual não ultrapasse a cifra de 120 mil reais. Adicionalmente, visa prover recursos e assistência técnica para a obtenção de microcrédito produtivo. Durante o período compreendido entre 2005 e 2014, cerca de 90% dos empréstimos efetuados foram destinados a microempreendedores, sendo notório que dois terços desse grupo eram compostos por mulheres, o que ressalta a presença atuante deste gênero além de ser um importante avanço em termos sociais. É relevante notar que a maioria desses empréstimos foi direcionada para fins de capital de giro, ao invés de investimentos (Vahdat et al., 2022).

Ao contrário, de parte das iniciativas de crédito destinadas aos trabalhadores informais, o PNMPO não centraliza sua atuação na formalização, mas sim na melhoria dos níveis de renda para tais trabalhadores e trabalhadoras. Desta maneira seus efeitos, de forma indireta, acabam por potencialmente estimular um ambiente mais propenso à formalização.

Nesse sentido, outro paradigma de programa destinado a simplificar o acesso ao crédito é o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), cujo lançamento remonta ao ano de 1994. Assim como o PNMPO, o PROGER também almeja facilitar a obtenção de crédito para microempreendedores. Contudo, este programa apresenta um atrativo comparativamente menor quando contrastado com o PNMPO, em razão da ausência de garantias de crédito “substanciais” (Vahdat et al., 2022).

Os dois últimos programas a serem aqui expostos se tratam de políticas que visam fomentar a “acessibilidade” e “desburocratização” do processo de formalização. Como primeira ilustração, o Programa Simples Nacional merece destaque, pois, como o nome sugere, simplificou a obrigatoriedade de declaração fiscal anual das empresas. Essa medida reduziu a complexidade ao exigir apenas uma declaração, e também permitiu a emissão de notas fiscais por meios eletrônicos, facilitando, assim, a transição de muitas empresas informais para a formalidade (Vahdat et al., 2022).

Em seguida, surge o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Este programa se dedica à unificação de informações, permitindo que as empresas registrem os dados de seus colaboradores e consolidem suas obrigações trabalhistas. Desse modo, o mesmo simplifica os processos e evita a submissão de informações “incorretas” ao governo.

Como comentário final, é relevante enfatizar que tais programas apresentaram um impacto significativo no fomento à formalização, uma vez que mitigaram consideravelmente a “burocracia” e os custos que frequentemente constituem “barreiras” para os cidadãos, os quais muitas vezes carecem de recursos temporais, monetários e informacionais para cumprir as exigências de formalização (Vahdat et al., 2022).

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo proporcionou uma compreensão um pouco mais ampla e completa da dinâmica do trabalho informal no estado de Santa Catarina. Além disso, contribuiu para a ampliação da compreensão de como esse tipo de trabalho afetou, durante o período selecionado, os principais indicadores das metas macroeconômicas e a qualidade do emprego que, por sua vez, exerce influência sobre os indicadores de natureza social. Nesse contexto, ressaltou-se a relevância da análise do

trabalho informal que mostrou ter um impacto significativo sobre as variáveis selecionadas durante o período de estudo.

Adicionalmente, salienta-se a importância de implementar medidas com o propósito de mitigar o labor informal e aprimorar a qualidade desse tipo de emprego, como por exemplo, o PNMPO e o Programa Simples Nacional. No entanto, para criação dessas medidas, é crucial reconhecer a relevância que o trabalho informal possui para a economia do estado, uma vez que representa uma fonte de renda e emprego (subsistência) para muitos indivíduos, como o evidenciado pelos modelos estimados.

No que diz respeito especificamente aos resultados obtidos por meio dos modelos estimados, observou-se que o trabalho informal exerceu uma influência positiva sobre as variáveis relacionadas ao crescimento econômico no estado, tais como o índice de atividade econômica e o nível geral de empregados. No entanto, em contrapartida, apesar dessa influência positiva nos indicadores de crescimento, o índice de informalidade laboral apresentou uma relação negativa com o indicador de proxy de qualidade dos postos de trabalho, indicando que a qualidade desse tipo de emprego se mostrou mais baixa.

Esses resultados corroboram com a ideia sobre os tipos de informalidade identificados anteriormente no referencial bibliográfico visitado, mostrando que possivelmente os tipos de trabalho informal predominantes no estado durante o período analisado foram os de baixa qualidade, caracterizados por remuneração reduzida e condições precárias de trabalho. Portanto, a qualidade do trabalho informal examinado no estado durante esse período não se alinharia com a definição de trabalho decente estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse cenário sugere que a baixa qualidade do trabalho informal poderia ter impactos negativos nos indicadores de desenvolvimento social do estado, algo que pode (e deve) gerar certa preocupação por parte dos governos (Vahdat et al., 2022; OIT, 2015).

Por fim, com base nos diagnósticos proporcionados pelos modelos, foi possível concluir a importância e urgência da criação de medidas destinadas a combater o trabalho informal e promover uma maior qualidade laboral dentro do estado, levando em consideração a relevância econômica e, por vezes, social desse tipo de emprego como fonte de renda e ocupação para uma parcela significativa da população catarinense. Isto reforça o compromisso social de propor uma formalização gradual desses trabalhadores

informais, ao invés de adotar medidas mais abruptas, como por exemplo, os MEIs, que poderiam desconsiderar a importância que muitas vezes esse tipo de trabalho acaba possuindo em um contexto periférico global.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Trabalho decente**. 2006. Artigo elaborado pela diretora do escritório da OIT no Brasil. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802:catid=28&. Acesso em: 29 jun. 2023

BENITO, Santos Miguel Ruesga. **La larga marcha de la economía informal en Latinoamérica**. 2021. 31 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2021.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

BRASIL. BACEN. **Índice de Atividade Econômica Regional**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. IBGE. **Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8517>. Acesso em: 04 maio 2023.

CEPAL. **Construir un nuevo futuro: Una recuperación transformadora con igualdad y sostenibilidad**. Trigésimo octavo período de sesiones de la Cepal, octubre, 2020.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **ECONOMETRIA BÁSICA**. 5. ed. Nova Iorque: AMGH, 2011.

LOEBLEIN, Vicente. **Rendimento médio dos trabalhadores catarinenses no 1º trimestre de 2022 foi 7,4% inferior ao mesmo período de 2021**, Florianópolis, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/renderimento-medio-dos-trabalhadores-catarinenses-no-1o-trimestre-de-2022-foi-74-inferior-ao-mesmo-periodo-de-2021/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MIRANDA, Luiz. **Os postulados neoclássicos do emprego e a determinação dos salários em Keynes**. Porto Alegre: Revista de Economia Política, 1991.

OIT. Juventud e informalidad: formalizando la informalidad juvenil. Experiencias innovadoras en Uruguay. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**, 2015b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms_362136.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

OIT. Memoria del Director General: trabajo decente. **Conferencia Internacional del Trabajo**, 87ª reunião, Genebra, junho de 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#1.%20La%20finalidad>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKOTO, Mireille; SABOIA, João; SIMÕES, André; HALLAK NETO, João; BOTELHO, Luanda. **Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil**. 46 f. Texto para discussão - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTA CATARINA. UDESC ESAG. **Índice de custo de vida**. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/custodevida/serie>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTA CATARINA. ASCOM | SED. **Tire suas dúvidas sobre o programa Universidade Gratuita**. 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/tire-suas-duvidas-sobre-o-programa-universidade-gratuita/>. Acesso em: 10 out. 2023

SILVA, Enid Rocha Andrade da; CODES, Ana Luiza Machado de; CAMPOS, André Gambier; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; MACED, Debora Maria Borges de; ARAUJO, Herton Ellery; PINTO, Larissa de Moraes; RANGEL, Leonardo Alves; FIGUEIREDO, Marina Morena Alves de; VIEIRA, Nanah Sanches. **JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL**. Brasília: Oit, 2015.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P.G.; FARIAS, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA: micro e macro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE

Figura 1 – Saída completa do modelo 1

Modelo 1: MQO, usando as observações 2016:3-2022:4 (T = 26)				
Variável dependente: l_IAE				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	0,524140	0,615743	0,8512	0,4042
l_inf	0,755270	0,275034	2,746	0,0121 **
l_IAE_1	0,307752	0,169934	1,811	0,0845 *
l_IAE_2	0,311069	0,182884	1,701	0,1037
l_IAE_3	0,478704	0,173903	2,753	0,0119 **
Média var. dependente	4,984226	D.P. var. dependente	0,057175	
Soma resid. quadrados	0,020556	E.P. da regressão	0,031286	
R-quadrado	0,748475	R-quadrado ajustado	0,700565	
F(4, 21)	15,62264	P-valor (F)	4,50e-06	
Log da verossimilhança	55,96286	Critério de Akaike	-101,9257	
Critério de Schwarz	-95,63523	Critério Hannan-Quinn	-100,1143	
rô	0,031308	h de Durbin	0,319800	

Fonte: Gretl.

Figura 2 – Testes de especificidade modelo 1 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 11,9181
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(4) > 11,9181) = 0,0179707$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 24,42
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(14) > 24,42) = 0,0407442$

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 7,05171
 com p-valor = 0,0294266

Fonte: Gretl.

Figura 3 – Testes de especificidade modelo 1 (2)

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,53098
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,53098) = 0,237858$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: F(2, 19) = 2,82665
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 2,82665) = 0,0842064$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: F(5, 16) = 0,690475
 com p-valor = $P(F(5, 16) > 0,690475) = 0,637869$

Fonte: Gretl.

Figura 4 – Testes de especificidade modelo 1 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

l_inf	1,332
l_IAE_1	2,417
l_IAE_2	2,840
l_IAE_3	2,330

Fonte: Gretl.

Figura 5 – Saída completa do modelo 2

Modelo 2: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)
Variável dependente: l_emp

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	-0,107088	0,681260	-0,1572	0,8764	
l_inf	0,284667	0,125539	2,268	0,0323	**
l_emp_1	1,05934	0,0870775	12,17	5,35e-012	***
Média var. dependente	8,201394	D.P. var. dependente		0,040177	
Soma resid. quadrados	0,006211	E.P. da regressão		0,015762	
R-quadrado	0,857484	R-quadrado ajustado		0,846083	
F(2, 25)	75,20969	P-valor(F)		2,65e-11	
Log da verossimilhança	78,05989	Critério de Akaike		-150,1198	
Critério de Schwarz	-146,1232	Critério Hannan-Quinn		-148,8980	
rô	0,016256	h de Durbin		0,096923	

Fonte: Gretl.

Figura 6 – Testes de especificidade modelo 2 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
Hipótese nula: a relação é linear
Estatística de teste: LM = 2,24941
com p-valor = P(Qui-quadrado(2) > 2,24941) = 0,324749

Teste RESET para especificação -
Hipótese nula: a especificação é adequada
Estatística de teste: F(2, 23) = 0,301931
com p-valor = P(F(2, 23) > 0,301931) = 0,742275

Teste de White para a heteroscedasticidade -
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
Estatística de teste: LM = 10,1457
com p-valor = P(Qui-quadrado(5) > 10,1457) = 0,0712117

Fonte: Gretl.

Figura 7 – Testes de especificidade modelo 2 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 1,25323
com p-valor = 0,534398

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
Hipótese nula: sem falha estrutural
Estatística de teste: F(3, 22) = 1,78119
com p-valor = P(F(3, 22) > 1,78119) = 0,180155

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
Hipótese nula: sem autocorrelação
Estatística de teste: LMF = 0,826627
com p-valor = P(F(4, 21) > 0,826627) = 0,523032

Fonte: Gretl.

Figura 8 – Testes de especificidade modelo 2 (3)

```

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,105
      l_emp_1    1,105

```

Fonte: Gretl.

Figura 9 – Saída completa do modelo 3

Modelo 3: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)
 Variável dependente: l_ICV

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	0,536562	0,228688	2,346	0,0276	**
l_inf	0,246137	0,0845537	2,911	0,0077	***
dummy_ajuste	0,0154583	0,00657403	2,351	0,0272	**
l_ICV_1	0,967623	0,0293789	32,94	1,72e-021	***
Média var. dependente	6,420593	D.P. var. dependente	0,103943		
Soma resid. quadrados	0,002084	E.P. da regressão	0,009319		
R-quadrado	0,992855	R-quadrado ajustado	0,991962		
F(3, 24)	1111,661	P-valor(F)	7,11e-26		
Log da verossimilhança	93,34720	Critério de Akaike	-178,6944		
Critério de Schwarz	-173,3656	Critério Hannan-Quinn	-177,0653		
rô	0,267366	h de Durbin	1,432179		

Fonte: Gretl.

Figura 10 – Testes de especificidade modelo 3 (1)

```

Teste de não-linearidade (quadrados) -
Hipótese nula: a relação é linear
Estatística de teste: LM = 2,20476
com p-valor = P(Qui-quadrado(2) > 2,20476) = 0,33208

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
Hipótese nula: sem falha estrutural
Estatística de teste: F(2, 22) = 4,36808
com p-valor = P(F(2, 22) > 4,36808) = 0,0252641

Teste RESET para especificação -
Hipótese nula: a especificação é adequada
Estatística de teste: F(2, 22) = 11,664
com p-valor = P(F(2, 22) > 11,664) = 0,000352056

```

Fonte: Gretl.

Figura 11 – Testes de especificidade modelo 3 (2)

```

Teste de White para a heteroscedasticidade -
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
Estatística de teste: LM = 8,56303
com p-valor = P(Qui-quadrado(8) > 8,56303) = 0,380486

Teste da normalidade dos resíduos -
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 0,071347
com p-valor = 0,964955

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
Hipótese nula: sem autocorrelação
Estatística de teste: LMF = 1,12072
com p-valor = P(F(4, 20) > 1,12072) = 0,374644
    
```

Fonte: Gretl.

Figura 12 – Testes de especificidade modelo 3 (3)

```

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,434
dummy_ajuste  3,466
      l_ICV_1    2,831
    
```

Fonte: Gretl.

Figura 13 – Saída completa do modelo 4

Modelo 4: MQO, usando as observações 2016:3-2022:4 (T = 26)
 Variável dependente: l_rendimento

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	3,68912	1,10851	3,328	0,0032	***
l_inf	-0,262815	0,164736	-1,595	0,1256	
dummy_ajuste	0,00808991	0,0105759	0,7649	0,4528	
l_rendimento_1	0,712188	0,140252	5,078	4,99e-05	***
l_rendimento_3	-0,216262	0,140916	-1,535	0,1398	
Média var. dependente	8,013051	D.P. var. dependente		0,030797	
Soma resid. quadrados	0,006080	E.P. da regressão		0,017016	
R-quadrado	0,743567	R-quadrado ajustado		0,694722	
F(4, 21)	15,22315	P-valor(F)		5,48e-06	
Log da verossimilhança	71,79795	Critério de Akaike		-133,5959	
Critério de Schwarz	-127,3054	Critério Hannan-Quinn		-131,7845	
rô	-0,152788	h de Durbin		-1,114586	

Fonte: Gretl.

Figura 14 – Testes de especificidade modelo 4 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 7,10138
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(3) > 7,10138) = 0,0687357$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 19) = 0,232331$
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 0,232331) = 0,794903$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 20,6909
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(13) > 20,6909) = 0,0792717$

Fonte: Gretl.

Figura 15 – Testes de especificidade modelo 4 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 1,77423
 com p-valor = 0,411843

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,20844
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,20844) = 0,343471$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(4, 17) = 1,02629$
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,02629) = 0,421992$

Fonte: Gretl.

Figura 16 – Testes de especificidade modelo 4 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

1_inf	1,616
dummy_ajuste	2,452
1_rendimento_1	2,137
1_rendimento_3	2,567

Fonte: Gretl.